
Notícias do Massacre em Pau D'Arco: A produção de sentidos sobre as mortes por violência no campo¹

Julia da Matta²

Kátia Lerner³

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Este trabalho teve como objetivo compreender a produção social de sentidos sobre as mortes por violência em conflitos por terra no campo a partir das suas dinâmicas de (in)visibilidade, tendo como objeto de investigação o evento conhecido como “Massacre de Pau D’Arco”. Foram analisadas publicações nos jornais *O Globo* e *Diário do Pará*, e na página do Facebook *Juventude Sem Terra/Pará*, correspondendo a áreas de abrangência nacional, regional e local, respectivamente. Investigaram-se onde os textos apareceram, as nomeações, os modos descrever, os sujeitos mencionados, e as formas como estão referenciados, à luz de teorias do discurso e da linguagem. Na análise foram encontradas diferentes formas de retratar o caso, ora como ação policial, ora como chacina, indicando maior ou menor grau de culpabilização das vítimas.

Palavras-chave: visibilidade; mídia; violência no campo; morte; massacres

Introdução

As mortes relacionadas à violência configuram um quadro preocupante nas estatísticas mundiais de saúde. As taxas dos países da América, em especial da América do Sul, se destacam em documentos da Organização Mundial de Saúde (OMS) em relação aos demais países. Segundo o relatório “World Health Statistics 2018”, entre 2015 e 2016 o Brasil passou a ter a 7ª maior taxa de homicídios da América.

A violência atravessa o cotidiano, seja enquanto uma das principais preocupações que afetam a vida da população, seja como assunto que aparece com regularidade em jornais e em diversos meios de comunicação, se constitui como objeto de destaque na esfera política. Sendo temáticas que mobilizam distintas esferas, formas e dimensões da violência igualmente importantes não têm o mesmo estatuto e visibilidade, como os conflitos que atingem populações rurais, trabalhadores do campo, e grupos envolvidos na luta por demarcação de terras e reforma agrária.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, e-mail: juliadamatta9@gmail.com.

³ Docente do Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, e-mail: katia.lerner@icict.fiocruz.br.

A violência no campo é marcada pelo grande número de assassinatos de lideranças e trabalhadores em situações de disputa com latifundiários. Segundo os dados disponibilizados Comissão Pastoral da Terra (CPT), os assassinatos de sujeitos do campo como trabalhadores rurais sem-terra, indígenas, quilombolas, pescadores, aumentaram de forma significativa desde 2015.

Em 2017 ocorreu no Brasil o maior número de mortes no campo por conflitos de terra desde 2003, segundo relatório⁴ produzido pela CPT. O documento apresenta que o estado do Pará, região que circunscreve este trabalho, lidera o ranking de assassinatos com 21 mortes. Foi palco do maior massacre que ocorreu no ano, com 10 pessoas mortas durante ação da polícia na fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D'Arco.

Neste evento, reconhecido por organizações como massacre de Pau D'Arco, as mortes decorreram de armas de fogo e, segundo a perícia, os crimes tiveram característica de execução. Esta circunstância de morte se revela mais preocupante tendo em vista que dentro do debate atual sobre segurança pública está em questão a flexibilização da posse de armas para todo território nacional, defendida publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro. O presidente também demonstra, através de falas e decisões, inclinação favorável ao modelo de agronegócio, e em declarações expressa indisposição com movimentos sociais, referindo-se a seus integrantes como criminosos.

Voltar-se para distintos aspectos que envolvem as mortes no campo em conflitos por terra é reconhecer a relevância social e política de investigar homicídios, especialmente casos que envolvem populações com menor visibilidade, que se encontram na periferia em distintos níveis. O Pará pode ser visto enquanto periferia territorial, política e econômica, por estar fora do eixo RJ/SP, dois grandes centros metropolitanos. Tal contexto periférico se torna ainda mais acentuado na zona rural.

Um outro nível de periferia que marca o caso é a discursiva. Estas populações têm menos espaços para suas falas, além de acesso mais restrito a meios de comunicação, informações, tecnologias etc. Tal cenário acaba acirrando a periferia política já que questões que os atravessam não estão tão expostas para sociedade, condicionando uma participação limitada nos debates que envolvem a população e o Estado, e interferindo na consideração pelo poder público de suas reivindicações.

⁴ Relatório Conflitos no campo Brasil 2017 – Disponível em <https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4371-conflitos-no-campo-brasil-2017> Acesso em: 20 junho 2019

A visibilidade é um ponto chave para participação no espaço público para elaboração de políticas públicas. O contexto dessas mortes que decorrem da violência em disputas envolvendo trabalhadores rurais, proprietários de terra e o Estado aponta a importância de investigar questões de visibilidade e repercussão na mídia. Assim, este trabalho tem como objetivo compreender as dinâmicas midiáticas de (in)visibilidade das mortes no campo. Os sentidos sociais são marcados pelos modos de dizer e pelos espaços de circulação, com isso determinadas questões se mostram relevantes no percurso de investigação sobre tais fenômenos: Quem produz os textos que tratam dessas mortes, que atores sociais protagonizam o debate e quais são silenciados? De quem se fala e através de quais estratégias discursivas? E ainda, como se fala: temas prevalentes, formas de enunciação, endereçamento e em quais dispositivos tecnológicos.

Comunicação e poder

Para refletir sobre a comunicação referenciando principalmente sua força operacional na produção e circulação de discursos sobre a sociedade, a teoria do poder simbólico, elaborada por Bourdieu, fala sobre a produção dos sentidos sociais, poder de “fazer ver e fazer crer”, ou seja, poder relacionado à capacidade de constituição da realidade, que envolve autoridade e legitimidade. O exercício deste pressupõe legitimidade, relacionada a determinado tipo de capital definido pelo autor como capital simbólico, constituído através da associação de outros três tipos: econômico, cultural e social. Compreendendo que o campo da comunicação se estabelece em torno dos bens simbólicos, tal conceituação evidencia a relevância de refletir sobre as práticas, teorias, dinâmicas, agentes e estruturas de poder que formam o campo, tendo em vista que sua implicação nos processos de construção do conhecimento sobre a realidade.

As considerações sobre poder de Foucault (1979) fundamentam uma melhor compreensão do poder simbólico, tendo em vista sua característica positiva no sentido de criar artefatos, ideias, e seu funcionamento em rede, que o coloca de forma dinâmica, não se tratando de certos indivíduos poderosos e outros totalmente privados de poder, mas sim de posicionamentos e reposicionamentos contínuos em relação ao poder.

O discurso jornalístico opera a partir de determinadas lógicas para conferir legitimidade e manter seu capital simbólico. Os textos elaborados buscam exprimir neutralidade em relação aos acontecimentos, sugerindo uma narrativa verdadeira e imparcial. As marcas narrativas presentes nos textos, a objetividade do discurso,

pretendem fortalecer o jornalismo enquanto fiscalizador da sociedade e revelador de verdades. O exercício do poder para “fazer ver e fazer crer”, tomando a propriedade da prática discursiva de criar, está relacionado à audiência que o produto obtém e a posição que ocupa na imprensa, e vai ser operado segundo regras de produção que envolvem jornalistas, anunciantes, empresários, governo e a própria estrutura social.

A partir da noção de campo⁵ desenvolvida por Bourdieu, admite-se uma interpenetração dos campos do jornalismo, da política, das ciências sociais, tendo em vista que “eles têm em comum o fato de serem o local de lutas internas para a aplicação do princípio dominante de visão e de divisão” (BOURDIEU, 2005, p. 36). Essas disputas e as estruturas que constituem vão atravessar questões sociais, como a distribuição da terra, e os conflitos envolvidos.

A imprensa é considerada o principal veículo para difusão de ideias e interpretações sobre acontecimentos, e penetra todas as esferas de atividade humana. Os eventos, sejam de ordem econômica, política, social ou cultural, devem ser compreendidos levando em conta a influência da imprensa sobre eles. Admitindo a força do comunicativo e o papel da informação na contemporaneidade, percebemos também a centralidade da imprensa nos processos políticos e na organização social. O papel que a mídia desempenha é elementar para considerações sobre a sociedade, política e a cultura, e fundamental para construção da democracia e da cidadania.

Enquanto espaço de contato com os acontecimentos, sendo intermediadora dos sujeitos com a sociedade, a formação da imprensa resulta de processos históricos que envolvem a evolução da escrita, das formas de registrar e reproduzir discursos. Dentre as práticas discursivas características da imprensa, o jornalismo se constitui enquanto instância para enunciação oficial dos acontecimentos. Segundo Ribeiro (2000), a mídia foi se tornando instância principal de enunciação sobre os fatos e a realidade, com a inserção das tecnologias de comunicação nas sociedades industriais. A percepção do jornalismo como atividade de tornar pública determinada questão é fundamentada pelas noções de objetividade, neutralidade e imparcialidade, extremamente valorizadas pela prática jornalística. A noção de objetividade confere ideia de fidelidade aos fatos, reveste a autoridade e legitimidade que “atribui [ao discurso jornalístico], nas

⁵ Espaços sociodiscursivos dinâmicos de relações entre posições, formado por agentes, que envolvem instituições, práticas, teorias, e onde ocorrem negociações que influenciam nas condições de produção dos sentidos. São porosos, o espaço de cada campo é demarcado através das dinâmicas das relações entre os agentes do próprio campo e das relações com outros campos

sociedades contemporâneas, o estatuto de porta-voz das verdades factuais” (RIBEIRO, 2000, p.35). Essas características do jornalismo, as estratégias discursivas que referencia, o colocam como defensor do bem comum, e aí reside seu poder de domínio.

Através das elaborações de Araújo (2004), temos o modelo da comunicação como um mercado simbólico: sujeitos e grupos possuem distintos capitais e disputam pelo poder discursivo. A capacidade de comunicar se relaciona com a capacidade de contextualizar, implicando que as maneiras de percepção e intervenção sobre o mundo são produzidas contextualmente. Vozes situadas na periferia discursiva parecem ser menos recorrentes nos produtos midiáticos, com menor possibilidade para enunciação e circulação de suas perspectivas. Não é raro encontrar falas institucionais e/ou de outros sujeitos que ocupam posições favoráveis na hierarquia social. Desta forma as narrativas jornalísticas estariam carregadas pela visão de mundo que tais sujeitos compartilham. A imprensa se coloca assim como espaço para produção e reprodução de relações de poder, de pontos de vista/interesses hegemônicos que caracterizam a organização social.

O campo jornalístico está em interface com os demais campos sociais, como o da política, da economia, da saúde etc. A autonomia deste frente aos interesses que envolvem cada campo específico está implicada pela própria configuração da mídia no Brasil. Uma pesquisa do Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (2017)⁶, “constatou que metade dos 50 maiores meios de comunicação no Brasil pertencem a apenas cinco grupos de caráter familiar.” Empresas da mídia estão vinculadas a negócios de diversos setores, como o da saúde e o do agronegócio, manifestando assim que além do poder simbólico, as empresas também detêm poder concreto, econômico.

A produção noticiosa é atingida pela reconfiguração do cenário comunicacional e das fronteiras do que é a atividade jornalística, já que conteúdos passam a ser produzidos por outros sujeitos em novos ambientes. Os textos não são necessariamente produzidos por profissionais do campo, nem produtos de mídias tradicionais, mas podem reverberar nos conteúdos veiculados pela imprensa. A crescente entrada da mídia na vida cotidiana, e o aumento de dispositivos, coloca a possibilidade de múltiplos enunciadores, traz outra correlação de forças no mercado simbólico.

Os processos midiáticos ganham centralidade nos anos 2000, se imbricam na experiência humana, no cotidiano, no exercício de poder, na produção cultural e nas estruturas institucionais. O conceito de midiaticização emerge para o pensamento das

⁶ Realizada pela organização 32 Repórteres Sem Fronteira e pelo coletivo Intervezes

relações entre cultura e sociedade: “ao mesmo tempo em que a questão comunicacional se torna presente e fundante para a sociedade, os processos sociais se midiaticizam – no sentido de que tomam diretamente iniciativas midiaticizadoras” (BRAGA, 2012, p.34). A ampliação da mídia em todas as esferas da vida configura o que entendemos como sociedade midiaticizada.

Tendo em vista a dimensão central da comunicação, a visibilidade de determinados episódios e circunstâncias na imprensa pode estar relacionada à transformação ou manutenção de configurações que envolvem os sentidos sociais sobre a questão da reforma agrária no Brasil. O espaço reduzido nos meios de comunicação de massa de discursos sobre situações as quais parcelas da população estão expostas, reflete na relevância social e política das condições de vida desses sujeitos. As dimensões de visibilidade que situações ganham parece se relacionar com a atuação do Estado e com a compreensão da sociedade civil sobre tais disputas, que podem ser tensionadas pela intensificação de um conjunto de ideias neoliberais que emergem no contexto da globalização e inspiram propostas econômicas, sociais e políticas no país.

Perspectiva Teórico-Metodológica

O trabalho se desenvolve a partir da pesquisa documental sobre produtos midiáticos noticiosos, contemplando três áreas de abrangência: nacional, regional e local. O olhar está direcionado para textos em uma página da internet e em dois jornais. O recorte temporal do material está delimitado entre maio de 2016 e maio de 2018. Esta demarcação compreende o período de um ano antes e um ano após a ação policial que resultou na morte de 10 trabalhadores rurais em Pau D’Arco, que ocorreu em maio de 2017, e concentra o maior número de mortes em um único conflito por terra desde o conhecido episódio de Eldorado dos Carajás, também no Pará, em 1996.

Para fins de análise exploratória, foram pesquisadas publicações de 25/05/17, um dia depois do evento, no jornal impresso O Globo, publicação diária de circulação nacional, fundado em 1925, e sediado no Rio de Janeiro. Segundo dados oficiais do Instituto Verificador de Circulação (IVC)⁷, teve média diária de impressos em 2017 de 130.417 exemplares, ocupando a segunda colocação de tiragem impressa. Ainda inserido dentro das chamadas mídias tradicionais, a nível regional, o segundo periódico

⁷ Divulgados no site Poder 360 (2018) – Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-imprensa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/> Acesso: 20 junho 2019

de investigação é o jornal Diário do Pará, jornal diário impresso em Belém do Pará desde 1982, que pertence Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), de Belém, de propriedade do político Jader Barbalho, pai do atual governador do Pará, Helder Barbalho. A tiragem auditada pelo IVC (2017) foi em torno de 26.000 exemplares.

Para investigar os sentidos sobre as mortes nos produtos veiculados em ambientes formados por novos dispositivos midiáticos, que ampliam as possibilidades de produção e circulação de textos, o trabalho tomou como objeto a página do Facebook “Juventude Sem Terra – Pará”, criada em 2013. Segundo o aplicativo NetVizz⁸, a página contabiliza 242 publicações, 2.111 curtidas, seguida por 2.123 usuários.

A perspectiva teórico-metodológica busca analisar os materiais através das teorias do discurso e da linguagem, fundamentações que tratam da produção de sentidos e das relações de poder que os discursos envolvem. A partir de Foucault, compreendemos que processos históricos configuram relações de força e poder que se imprimem sobre a prática discursiva. O filósofo aponta para a construção ideológica dos discursos, questão que se mostra valiosa para as observações que a pesquisa se propõe.

Foucault (1970) expressa reflexões e investigações sobre a propriedade dos variados discursos exercerem funções de controle, limitação e validação das regras de poder de determinada sociedade ou grupo social onde estão inscritos. Podemos conceber a relevância do discurso que ele compreende ao expor

inquietação por sentir nessa actividade, quotidiana e banal, porém, poderes e perigos que sequer adivinhamos; inquietação por 40 suspeitarmos das lutas, das vitórias, das feridas, das dominações, das servidões que atravessam tantas palavras em cujo uso há muito se reduziram as suas rugosidades (FOUCAULT, 1970, p.2)

As investigações são fundamentadas também através de articulações de Mikhail Bakhtin, ao apresentar conceitos relevantes para o estudo da linguagem. A palavra é tomada como signo ideológico que permite compreender determinadas visões de mundo instituídas no cotidiano. As palavras recebem valores dependendo de situações e das posições sociais que envolvem os sujeitos nos processos de interação.

Através da articulação do pensamento desses autores, a linguagem é compreendida como arena de disputa, onde se travam lutas pelo poder de enunciar,

⁸ Facebook - NETVIZZ. Aplicativo do Facebook para coleta de dados e informações. Versão 1.6, 2018.

instituir sentidos e interpretações. Como Foucault esclarece, o discurso também se configura enquanto objeto de desejo pelo qual sujeitos e grupos competem

uma vez que o discurso — a psicanálise mostrou-o —, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objecto do desejo; e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos (FOUCAULT, 1970, p.2)

Sobre visibilidades e invisibilidades

Para compreender as dinâmicas que influem sobre a visibilidade das mortes em conflitos por terra na mídia, são levadas em consideração determinadas questões: quem produz os textos, que atores sociais protagonizam e quais são silenciados, como se fala, e através de quais estratégias discursivas. Esses aspectos conduzem a análise de textos construídos sobre um evento onde 10 camponeses que ocupavam a fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D’Arco (PA), foram mortos em operação com policiais civis e militares. A data dos textos analisados corresponde ao dia seguinte, 25 de maio de 2017.

Uma primeira indagação a se fazer é quanto a localização no periódico/site: onde esse evento é retratado? O espaço ocupado no jornal traduz hierarquias simbólicas - estar na capa, em uma editoria ou outra, bem como a amplitude desses textos em determinado veículo na lógica do produto digital. No jornal *O Globo*, observa-se que não consta nada na capa e há uma matéria lateral sem fotos na 11ª página, dentro da editoria “País”. A invisibilidade do evento na capa aponta para relevância que o jornal dá, já que a capa corresponde ao topo da hierarquia de relevância na lógica jornalística. A matéria não é assinada e aparece ao lado de um anúncio que tem o triplo do tamanho.



Jornal *O Globo*, página 11 (25/05/2017) – Reprodução

No *Diário do Pará* as mortes estampam a capa, com imagem dos corpos ocupando grande parte da página, e o caso é abordado em duas páginas do jornal (A2 e A3), na editoria “Política”. É a primeira manchete da capa, com uma imagem editada através de recurso gráfico com efeito que traz a ideia de sangue. Há diversas reportagens relacionadas ao evento, incluindo reprodução de manchetes em outros jornais. A diferença também é marcada pela editoria. Enquanto n’*O Globo* faz parte da secção “O País”, que trata de variados temas e acontecimentos nacionais, aqui aparece na editoria “Política”, relacionando o evento a uma questão social, situação que envolve o poder público. A amplitude das matérias aponta a relevância conferida ao evento.



Jornal *Diário do Pará*, Capa, páginas A2 e A3 (25/05/2017) – Reprodução



Facebook, página *Juventude Sem Terra - Pará* (25/05/2017) - Reprodução

A página *Juventude Sem Terra - Pará* fez duas publicações na data analisada, o acontecimento é diretamente referenciado em uma delas, a imagem de um texto que convida para um ‘ato em solidariedade às famílias e aos trabalhadores rurais

brutalmente assassinados’. A outra postagem é o compartilhamento do vídeo de uma entrevista sem associação explícita com o evento. “Brutalmente assassinados” descreve o acontecimento. Os sujeitos referenciados são: “famílias” e “trabalhadores rurais”.

Sobre modos de retratar, descrever o acontecimento e os atores, *O Globo* refere como “Ação da polícia”. O *Diário do Pará* descreve o caso através dos enunciados “Violência no campo”; “chacina”; “execução”; “massacre”. Sobre modos de retratar, Chauí (1995) coloca que “a ação policial pode ser, às vezes, considerada violenta, recebendo o nome de chacina ou massacre quando, de uma só vez e sem motivo, o número de assassinados é muito elevado”.

Compreendendo que ser nomeado ou se autoneamar confere existência, um modo da comunicação atuar como produtora de negligência está relacionado com as maneiras de ser reconhecido a partir de como se é nomeado. Assim “a visibilidade dos nomeados nem sempre é positiva, muitas vezes deslizando para o território das discriminações, do preconceito ou – o que é pior – da indiferença” (ARAÚJO; MOREIRA; AGUIAR, 2013, p.6). As pessoas e populações inseridas em contextos de conflito por terra e as disputas travadas aparecem, ainda que com menor frequência, em produtos noticiosos. Percebemos que a questão vai além das situações e sujeitos constarem ou não em textos informativos, importa também, e principalmente, como são referenciados. As a forma que as narrativas são construídas por vezes desqualificam situações e sujeitos, acabando por perpetuar a negligência e as desigualdades. Como a visibilidade dos fatos é construída pode levar a formação de apagamentos.

O Globo, ao descrever como “ação policial”, confere protagonismo aos atores oficiais: “Polícia”; “policiais”; “policial”; “delegado João Bosco” (única fala em citação direta); “juiz”. É possível identificar que alguns destes são fontes no material escrito. Na narrativa, indivíduos sobre os quais a ação incide são: “Corpos das vítimas da chacina”; “Dez pessoas mortas”; “vítimas”; “9 homens e 1 mulher”; “suspeitos de envolvimento no assassinato de um segurança da fazenda”; “grupo armado”; “mortos” “assassinados”; “corpos”; “parentes das vítimas”.

Nos textos do *Diário do Pará*, os atores oficiais identificados são: “policiais civis e militares”; “PM”; “secretário de segurança pública Jeannot Jansen (fala em citação direta); “chefe-geral do Departamento de Operações da PM, coronel Sérgio Alonso” (fala em citação direta); “2 delegados”; “24 policiais”; “coronel Hilton Benigno, comandante da PM no Pará” (duas falas em citação direta); “tropa da PM”;

“procuradora federal Deborah Duprat”; “presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos Darci Frago”; “presidente da CDHM deputado federal Paulão”; “procurador-geral de Justiça do Pará Gilberto Valente Martins”. Os que podem ser reconhecidos como destinatários da ação são: “suspeitos de envolvimento no assassinato de um segurança da fazenda”; “10 trabalhadores rurais”; “10 pessoas”; “grupo de pessoas que ocupavam”; “grupo armado”; “30 pistoleiros”; “trabalhadores sem terra”; “criminosos”; “10 vítimas, 9 homens e uma mulher”; “os pistoleiros”; “posseiros”; “corpos das vítimas”; “5 dos mortos”; “Oseir Rodrigues da Silva, Regivaldo Pereira da Silva, Jane Júlia de Oliveira, Ronaldo Pereira de Sousa e Hércules Santos de Oliveira”; “trabalhadores”; “padre Paulo da Silva” (fala em citação direta); “dez sem-terra”; “camponeses”, “agricultores”; “famílias”. Alguns destes são fontes usadas no texto.

Nos textos dos jornais impressos, predominaram falas de autoridades, e com menor frequência foram expostas considerações da CPT. Tais caracterizações podem ser relacionadas aos modelos de comunicação que ainda predominam, que a tomam na sua dimensão instrumental, fazendo propício o privilegiamento

da fala institucional e a desqualificação de outras vozes e saberes; desconsiderar os contextos específicos, tratando a diversidade de situações e de pessoas como um bloco amorfo e caracterizado, na melhor das hipóteses, pela noção de perfil estatístico; tratar a comunicação como informação, ignorando sua dimensão de interlocução. Deste modo, não se abre espaços para a criação de canais de escuta que seriam, no seu reverso, canais de expressão da população (ARAUJO; MOREIRA; AGUIAR, 2013, p.8)

A escolha do *O Globo* em referenciar como ação policial pode remeter a legitimidade, e isso se desdobra no decorrer do texto que relata principalmente a partir das falas oficiais da polícia. Enquanto a versão dos policiais que teriam sido recebidos a tiros, justificando a atuação como reação, é apresentada na maior parte das 50 linhas de texto, o contraponto da CPT refutando a versão das autoridades policiais ocupa 7 linhas. Os sujeitos são referenciados como vítimas, mas não há questionamento quanto à conduta dos autores dos disparos. Percebe-se que a narrativa de *O Globo* traz implícita a ideia de que o Estado estava agindo de forma legítima, pois a polícia é uma força que tem o direito à violência. Weber, em sua conceituação sobre o Estado moderno, chama a atenção ao fato de que uma de suas marcas é o monopólio legítimo do uso da coerção física, da violência em prol da manutenção da ordem (WEBER, 1974). Assim, descrever a morte desses indivíduos como fruto de uma ação da polícia, envolvendo outros atores do campo jurídico e policial, implica em afastá-la da ideia de *assassinato*, de uma morte

indevida ou injusta. Isso fica evidente quando o jornal descreve os mortos como “suspeitos de envolvimento no assassinato de um segurança da fazenda”.

No *Diário do Pará*, o acontecimento é titulado de modo distinto: como *chacina* causada pela PM. A ação da polícia não está isenta de questionamento e isso fica evidente nas chamadas das matérias e nos textos, que referenciam comentários e informações sobre a investigação do caso. A versão da polícia é apresentada e complementada por reprodução da fala de autoridades sobre o caso, mas explicações alternativas também são citadas. Não está determinado o excesso na ação dos policiais, nem a inocência dos indivíduos que perderam a vida na situação, mas distintas falas e contextualizações compõem nos textos, trazendo concepções diferentes que ora convergem, ora se aproximam. A identificação por nome das pessoas mortas aponta para uma humanização daquelas vidas, que não são apenas referidas de forma genérica e por números. No entanto, ainda que tratados nominalmente, e embora a ação policial seja questionada, os mortos não são poupados. Segundo o jornal *Diário do Pará*, a polícia agiu erradamente, mas as vítimas não deixam de ser retratadas como “criminosas” por causa disso, que se constata a partir diversos termos usados⁹.

Nas publicações do veículo consta ainda a associação do caso com o episódio conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás¹⁰. Referenciar outra situação onde o poder público age com violência contra populações envolvidas em disputa por terra, o jornal evoca a memória de lutas históricas travadas naquela região. Isso pode tensionar para um questionamento quanto à legitimidade dos modos com que o Estado trata determinadas questões. Para além de um determinismo a partir da costura de informações, a incorporação de distintas referências e vozes nos textos, é colocada em suspensão a existência de uma versão única que dê conta de explicar o fenômeno. As associações sugerem que outros sentidos e relações podem estar implicados no caso.

A primeira publicação da página *Juventude Sem Terra – Pará* convida para um ato em solidariedade às famílias e aos trabalhadores rurais assassinados. A solidariedade remete a concepções de compromisso, do entendimento de um princípio comum que integra os sujeitos, neste caso compartilham da percepção do acontecimento como uma injustiça, mas, para além, está posta a consciência do sofrimento ocasionado por um ato

⁹ “suspeitos de envolvimento no assassinato de um segurança da fazenda”; “10 trabalhadores rurais”; “10 pessoas”; “grupo de pessoas que ocupavam”; “grupo armado”; “30 pistoleiros”; “trabalhadores sem terra”; “criminosos”; “10 vítimas, 9 homens e uma mulher”; “os pistoleiros”; “posseiros”.

¹⁰ Evento no qual 19 pessoas foram mortas pela polícia, em 1996

de “brutalidade”. O caso não é tratado em relação aos policiais ou como denúncia a atuação do estado, e sim significando as vidas ali perdidas, e os que ficam e têm que lidar com a dor de perder alguém próximo. Manifesta-se a compaixão que acaba por exprimir formas de humanizar aquelas vidas que são secundarizadas quando o enfoque do discurso recai principalmente sobre a ação dos policiais, ainda que questionada.

Na segunda publicação é compartilhado um vídeo de entrevista com Iná Camargo Costa feito em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Ela discorre sobre a mercantilização do teatro relacionando este com a forma de divisão do trabalho a partir da distribuição desigual dos meios de produção no sistema capitalista. A pesquisadora cita uma frase, indicada como de autoria de Lênin, que é o texto de chamada da publicação: “toda experiência revolucionária é relevante, mesmo que seja derrotada”. Não há referência direta ao evento, mas a proposição evoca uma interpretação conceitual, reverbera o valor da luta por transformações sociais, compreendendo a importância do movimento que as frentes por mudanças engendram, expostas a diversos tipos de infortúnio na busca por alterar o status quo, colocando em evidência desigualdades estruturais que conformam a sociedade, e o acúmulo de poder que determinados sujeitos usufruem. Relacionando o texto com a situação de morte dos trabalhadores, o posicionamento destes é ressignificado a partir da dimensão simbólica que suas práticas representam para reorganização do social.

Comentários finais

A breve análise empreendida aqui para identificar modos de nomear e tratar indivíduos e circunstâncias buscou incorporar parâmetros para o questionamento das práticas discursivas, enquanto instâncias que conferem visibilidade e relacionadas a espaços de poder. Propôs também, à luz das referências articuladas, pensar a produção de sentidos sociais sobre objetos e situações da realidade a partir da construção de acontecimentos, percepções e apagamentos que o campo comunicacional orchestra.

As formas de enunciar no jornal *O Globo* falam de uma morte legítima. A organização das informações, os enquadramentos, são predominantemente aqueles originários do discurso oficial de agentes da segurança pública. Ao narrar alguns aspectos do acontecimento em detrimento de outros, a matéria assume que determinados posicionamentos são informações verdadeiras, ou pelo menos oficiais, que devem entrar no texto. Não há uma contextualização capaz de colocar outros aspectos e elementos do

conflito em cena, nem são ouvidas vozes de indivíduos que não participam de instituições reconhecidas socialmente. O envolvimento das empresas de comunicação com o latifúndio conforma um espaço discursivo delimitado por interesses, e o tratamento de determinadas situações nesse veículo é atravessado pelas posições de poder e relações econômicas que estes agentes sociais compartilham. A disposição do texto vai de encontro a continuação de uma linha editorial que tradicionalmente faz isso.

O *Diário do Pará* traz uma cobertura mais ambígua. Múltiplos personagens, ainda que com diferentes dimensões de representatividade e espaços de fala. É possível identificar enfoques do acontecimento como tragédia, como violência por parte do Estado, bem como enquanto resposta de seus agentes a atos de violência praticados contra eles. Ao recordar de um episódio histórico em situação similar, o contexto de recorrência desloca para um enquadramento como questão social. A exposição e amplitude diferenciada sugere que quanto mais local a produção do texto, mais as mortes estão associadas a sentidos de injustiça, de violação, por estar mais perto dos indivíduos e do lugar onde as mortes ocorreram, os discursos da imprensa parecem estar mais sujeitos às pressões dos locais, das múltiplas perspectivas.

Os textos na página do Facebook traduzem uma perspectiva marxista e de identificação com a postura das “classes dominadas”, dos grupos destituídos de poder. Essa particularidade da incorporação na formação discursiva de questionamentos da ordem social e da divisão de classes pode ser propiciada pelo tipo de veículo. O espaço onde o discurso é produzido e circula é composto por outros atores, que expressam compreensões diferenciadas, isso se relaciona a posições assimétricas que estes ocupam em paralelo aos agenciadores dos discursos nos jornais analisados, e ao afastamento das lógicas que circunscrevem a produção textual nas empresas de comunicação.

Referências

ARAUJO, I. S. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 165-178, fev. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832004000100010&lng=pt&tlng=pt Acesso: 20 fev 2019.

ARAUJO, I. S.; MOREIRA, A. L.; AGUIAR, R. Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada. Apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.6, n.4 – Suplemento, Fev., 2013. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/706/1351> Acesso: 20 fev 2019.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 13a ed., 2010.

_____. The political field, the social science field, and the journalistic field. In: BENSON, R; NEVEU, E. (orgs.) Bourdieu and the journalistic field. Cambridge: Polity Press, 2005.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. Massacres no Campo. Página da internet. Comissão Pastoral da Terra, 2017. Disponível: <http://www.cptnacional.org.br/mnc/> Acesso: 20 jan 2019.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém do Pará, 25 maio 2017. Capa, p.A2 e A3.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3ª ed, São Paulo: Loyola, 1996.

JUVENTUDE SEM TERRA - PARÁ. 25 de maio de 2017. Facebook: juventudesemterrapa. Disponível: <https://www.facebook.com/juventudesemterrapa/posts/873000792850255?> e <https://www.facebook.com/juventudesemterrapa/photos/a.237906369693037/872989909518010/> / Acesso: 5 jul 2019

BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: **Mediação e Mediatização**. Salvador; Brasília: EDUFBA; Compós, 2012. p. 31–52.

O GLOBO. Ação da polícia deixa 10 mortos no interior do Pará. Rio de Janeiro, 25 maio 2017. Editoria País, p. 11.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World health statistics 2018: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals**. Geneva: World Health Organization; 2018. Disponível:<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272596/9789241565585-eng.pdf?ua=1&ua=1> Acesso: 20 fev 2019.

PORTO. M. S. G. Análise weberiana da violência. In: COELHO, M., F., P.; BANDEIRA, L.; MENEZES, M., L. (Orgs.). **Política, ciência e cultura em Max Weber**. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRA, INTERVOZES. **Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil**. 2017. Disponível: <http://quemcontrolaamidia.org.br> Acesso: 20 fev 2019.

RIBEIRO, A. P. G. A mídia e o lugar da história. Lugar Comum (UFRJ), n.11, p. 25-44, 2000.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis da mídia: afeto, mídia e política**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.